Camara Nunicipal de Conselheiro Lafaiete-MG



Conselheiro Lafaiete, 14 de julho de 2020.

Oficio nº 248/2020/OGM/PMCL

Assunto: Resposta requerimento

Ilustre Senhor Vereador João Paulo Fernandes;

A Ouvidoria Municipal encaminha resposta ao requerimento nº 084/2020, conforme consta do Oficio nº 0372/2020/GAB/SMS/PMCL, expedido pela Secretaria de Saúde, que segue acostado.

Aproveitamos o ensejo para renovar os votos de elevada estima.

Atenciosamente,

Rolff Ferraz Carmo Ouvidor Municipal

Ilmo. Sr. Vereador Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete





OFÍCIO Nº 0372/2020/GAB/SMS/PMCL

Conselheiro Lafaiete, 10 de julho de 2020.

REF.: Resposta ao Oficio nº 166/2020/OGM/PMCL, de 08/06/2020, da Ouvidoria Municipal, referente ao Requerimento nº 084/2020, de 01/06/2020, de autoria do Vereador Sandro José dos Santos.

Senhor Ouvidor,

Em resposta ao Oficio nº 166/2020/OGM/PMCL, de 08/06/2020, da Ouvidoria Municipal, referente ao Requerimento nº 084/2020, de 01/06/2020, de autoria do **Vereador Sandro José dos Santos**, esta Secretaria presta os esclarecimentos por meio do Memorando nº 016/2020/DAE/SMS/PMCL, de 10/06/2020, do Departamento de Atenção Especializada.

Atenciosamente,

Rita de Kássia Silva Melo Secretária Municipal de Saúde

Ao Senhor

Rolf Ferraz Carmo
Ouvidor Municipal
Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, 10 - Centro
Conselheiro Lafaiete/MG - CEP. 36406-026





MEMORANDO Nº 016/2020/DAE/SMS/PMCL

Conselheiro Lafaiete, 10 de julho de 2020

REF.: Resposta ao Oficio Nº 166/2020/OGM/PMCL, de 08 de junho de 2020, sobre o Requerimento nº 084/2020 oriundos da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, que solicita informações sobre insalubridade dos funcionários do Hospital Campanha e Policlínica Municipal.

Prezada,

Em resposta ao Oficio Nº 166/2020/OGM/PMCL, de 08 de junho de 2020, sobre o Requerimento nº 084/2020 oriundos da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, que solicita informações "...os funcionários do Hospital Campanha terão direto a 40% de insalubridade? O mesmo está sendo aplicado aos funcionários da Policlínica, já que os mesmos também estão lhe dando com o mesmo vírus? ...". Segue em anexo, decreto enviado pela Procuradoria deste Município que autoriza o pagamento de insalubridade.

Atenciosamente,

Vivian Regina de Almeida Melo Diretora Departamento de Atenção Especializada

Ilma. Sra.

Rita de Kássia da Silva Melo
Secretária Municipal de Saúde
Conselheiro Lafaiete - MG



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE DECRETO Nº 613, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, LOTADOS NO HOSPITAL DE CAMPANHA, BEM CO-MO NA ALA DA POLICLÍNICA (PORTA DE ENTRA-DA ESPECÍFICA), QUE ESTEJAM PRESTANDO SERVICOS DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONA-VIBIS (COVID-19).

O Prefeito de Conselheiro Lafaiete-MG, usando de suas atribuições, conforme artigos 12, 90, inciso VI, e 116, inciso I, "i" da Lei Orgânica do Município promulgada em 29 de iunho de 1990, e:

CONSIDERANDO que o tratamento à saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças, na forma dos artigos 196 e 197 da Constituição da República;

0

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar medidas de ordem administrativa para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que os profissionais contratados para trabalhar no Hospital de Campanha Municipal, bem como na Ala da Policlínica (Porta de entrada específica) atenderão pacientes suspeitos ou portadores do Coronavírus (COVID-19) que consequentemente tornam-se expostos a agentes biológicos contagiosos;

CONSIDERANDO que tornou-se imperioso também o deslocamento de servidores/funcionários municipais para prestação de serviços nos estabelecimentos retromenciconados;

CONSIDERANDO o consenso internacional de que o Coronavirus (COVID-19) é altamente contagioso, o qual requer um atendimento complexo e especializado;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 5.568, de 18 de dezembro de 2013, prevê o pagamento de adicional de insalubridade para os servidores que trabalhem com habitualidade em contato com agentes nocivos;

CONSIDERANDO o contido no Anexo XIV da Norma Regulamentadora NR-15, que dispõe acerca das atividades e operações insalubres;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 585, de 17 de abril de 2020, que declarou Estado de Calamidade Pública no Município de Conselheiro Lafaiete, em virtude dos problemas de saúde pública e econômicos gerados pelo enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), que foi reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pela Resolução nº 5.542, de 23 de abril de 2020;

Avenida Preseito Mário Rodrigues Pereira, 10 Centro Conselheiro Lalaiete - MG.



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Art. 1º - Os servidores públicos, lotados no Hospital de Campanha Municipal e em enfrentamento direto à COVID-19, bem como aqueles da Policlínica no mesmo enmo, de acordo com o que vier a ser constatado por laudo simplificado a ser elaborado por Médico/Engenheiro credenciado junto à Medicina do Trabalho. frentamento, farão jus a adicional de insalubridade em graus: mínimo, médio ou máxi-

Parágrafo único – O serviço de Medicina do Trabalho nos termos da NR 15 trará as informações qualitativas com a identificação das atividades que farão jus ao adicional

ram causa à decretação do estado de calamidade pública. Art. 2º - O direito ao adicional cessará com a eliminação das condições que de-

dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário. Art. 3° - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

0

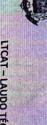
Conselheiro Lafaiete, 08 de junho de 2020.

Municipal

José Antônio dos Reis Chagas Prochrador Geral

>

Rita de Kássia da Silva Melo Secretária Municipal de Saúde



LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Área de Saúde: COVID 19

Atendendo solicitação do chefe do executivo Municipal e em visita a Policifnica Municipal e ao Hospital Municipal de Campanha COVID19, considerando o momento de pandemia e o tipo de paciente atendido, constatou-se que todos aqueles ali lotados enquanto permanecer o estado de disseminação da infecção de COVID19 estão sujeitos a contaminação.

Diante do exposto e conforme portaria 3214 de 1978 NR15, Anexo 14, os funcionários que estejam trabalhando nesses locais têm o direito a percepção do adicional de insalubridade em grau máximo.

Conselheiro Lafaiete, 16 de junho de 2020.

Luciano José Vieira Franco
Engenheiro Segurança do Trabalyo
CREA/MG 23.967-D

11 06 2020